

A LENDA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ (UMA VISÃO CRÍTICA)

Durante séculos acreditou-se que o santuário da Senhora de Nazaré tinha sido um dos mais antigos do país,

fundado na sequência do milagre da Virgem ao cavaleiro D. Fuas Roupinho, em 1182. A narrativa que suportava esta convicção de milhares de peregrinos fornecia todos os pormenores: a imagem da Senhora tinha sido esculpida no Oriente por São José, na presença da Mãe de Cristo. Depois passou por várias vicissitudes até chegar ao Mosteiro de Cauliniana, em Mérida. Com a derrota dos cristãos em Guadalete, o rei godo D. Rodrigo refugiou-se no mosteiro. Perante o avanço islâmico, o rei e Fr. Romano, um dos monges ali residentes, decidiram partir para lugar seguro, levando consigo a pequena imagem mariana e um cofre com caixa com relíquias e um relato das circunstâncias da fuga. Chegaram em Novembro de 714 ao monte de São Bartolomeu, nas proximidades da actual Nazaré. O monarca e o monge separaram-se, tendo o primeiro permanecido no local e o segundo levado o ícone e as relíquias para um monte vizinho. Aí, Fr. Romano, para se abrigar, construiu um pequeno nicho entre os rochedos. Com a sua morte e a partida de D. Rodrigo para norte, a imagem ficou esquecida na pequena lapa construída pelo monge, no actual promontório do Sítio (Nazaré).

Apenas no século XII, seria descoberta por D. Fuas Roupinho, que a venerava sempre que ali se dirigia para os prazeres da caça. Em, 8 de Setembro de 1182, um dia de névoa, o cavaleiro teria sido atraído por um veado em direcção ao abismo do promontório. No momento em que o cavalo chegava ao extremo do rochedo, prestes a lançar-se no precipício, D. Fuas teria evocado a Virgem, lembrando a sua Imagem, depositada ali próximo. Imediatamente o cavalo estacou a sua marcha e, por milagre, D. Fuas salvou-se. Em sinal de agradecimento, o cavaleiro, alcaide de Porto de Mós e almirante de D. Afonso Henriques, doou aquele território à Senhora de Nazaré e mandou ali edificar uma ermida. Atraídos pela fama do milagre vieram os primeiros romeiros, entre os quais o primeiro rei português e os principais nobres da sua corte.

Esta versão do passado do santuário foi contada a primeira vez nos finais do século XVI, pelo cronista Fr. Bernardo de Brito, monge bernardo de Alcobaça. O relato assentava na carta de doação do Sítio por D. Fuas Roupinho, que o cronista teria descoberto no seu Mosteiro e viria a publicar na obra *Monarquia Lusitana*. Mas a intervenção de Fr. Bernardo de Brito não se ficou por aqui. Cerca de 1600, na sequência de um voto pessoal, deslocou-se ao santuário e, com a ajuda de alguns devotos da Senhora, mandou desentulhar a gruta subterrânea para ali fazer uma capela. Por fim, colocou nela um letreiro em que registava toda a "estória" da Sagrada Imagem. Desta forma, o cronista não só alargava o espaço de culto como procedia a alterações da memória histórica, pois pela primeira vez a Virgem de Nazaré era associada a D. Fuas Roupinho. A divulgação da narrativa do milagre trouxe um aumento de peregrinos ao pequeno templo do Sítio, contribuiu para o crescimento do povoado e para a multiplicação do número de milagres atribuídos à Virgem de Nazaré, com o conseqüente acréscimo da quantidade de oferendas dos fiéis. Por outro lado, esteve na origem de novas práticas devocionais, pois cada vez mais romeiros procuravam ver a marca da pata do cavalo gravada na rocha do promontório. Outros levavam consigo pedaços de terra da gruta onde a imagem da Senhora estivera escondida durante séculos.

Vários factores contribuíram para a rápida aceitação da narrativa por parte dos devotos. Entre eles, contam-se o prestígio do mosteiro de Alcobaça enquanto guardião de alguns dos mais antigos manuscritos do Reino, a possibilidade de comprovar as afirmações do monge através de vestígios concretos, a cor escura da imagem, que só por si confirmava a antiguidade da mesma, o enquadramento da lenda dentro dos esquemas das narrativas cavaleirescas e de origem dos santuários, ou ainda o facto da lenda vir ao encontro das necessidades de maravilhoso sentidas pelos devotos e transportar consigo uma carga simbólica apreciável (cf. dicotomia fiel/infiel, bem/mal, salvação/perdição, cosmos/caos, etc).

Existem, contudo, outros factores que devem ser tidos em linha de conta para compreender a incorporação desta narrativa na memória colectiva dos portugueses. Em primeiro lugar, a sua transmissão por meios diversificados e de grande capacidade difusora. Assim, ao sucesso da oralidade dos primeiros anos, que comportou alterações da versão monástica, correspondeu uma extraordinária divulgação por meios impressos a partir da década de 1620. No final do século XVII, a lenda da Senhora de Nazaré tinha já sido publicada em mais de uma dezena de obras, em língua portuguesa e espanhola. Não esqueçamos ainda a sua divulgação por meios iconográficos. A Senhora, que até aí era vista como uma Virgem do Leite, passou a ser constantemente representada na cena do milagre do cavaleiro. Esta imagética foi levada ao extremo através da sua permanente inclusão em retábulos, bandeiras, círios, medalhas, medidas e registos e outros objectos de grande capacidade evocativa.

A estratégia resultou em pleno, sobretudo a partir de meados do século XVII, quando os registos iconográficos foram legitimados pela associação da heráldica da Casa Real portuguesa. Um outro aspecto propiciatório foi, obviamente, o conjunto das peregrinações ao santuário, que serviu como factor de actualização, comemoração e evocação cíclica do milagre. Por último, talvez o factor mais interessante tenha sido a capacidade de silenciamento das memórias concorrentes do santuário. Logo na primeira metade do século XVII se começou a desenhar uma certa contestação à sua memória histórica, por parte do Mosteiro de Alcobaça, uma vez que esta anulava os direitos senhoriais dos bernardos sobre o Sítio. Contudo, a intervenção da Coroa, salvaguardando os direitos jurisdicionais da Confraria da Senhora e do rei sobre o local, veio reforçar a autenticidade atribuída à pressuposta doação de D. Fuas e ao seu conteúdo.

Hoje, sabe-se que o documento da doação de D. Fuas, que nunca foi encontrado, não tem qualquer fundamento histórico. Não existe nenhum manuscrito coevo que confirme a existência daquele cavaleiro.

A imagem da Senhora, trabalho de oficina regional datado dos séculos XIV-XV, também não permite aceitar, sem reservas, a historicidade duma das mais belas lendas portuguesas.

Pedro Penteado - Lisboa, Portugal

E-mail: ppenteado@mail.telepac.pt